

MOVIMENTO FEMINISTA: PERSPECTIVA HISTÓRICA E AS FORMULAÇÕES TEÓRICAS DE GÊNERO

Luciane Senna Ferreira¹

Eliana Perez Gonçalves de Moura²

Resumo: O trabalho aborda a trajetória do feminismo sob uma perspectiva histórica, apontando a diversidade teórico-conceitual construída ao longo de três períodos cronológicos, consolidando-se como projeto político e teórico-epistemológico. Analisa e descreve como emergem as discussões feministas e seus desdobramentos, que evoluíram para as formulações teóricas sobre gênero. Situa a conceitualização do feminismo e, posteriormente, apresenta as chamadas ondas e suas abordagens, evidenciando a autocrítica constante que estes estudos fazem da construção do seu pensamento e das teorias. Por fim, entre as contribuições que o texto busca fornecer, destaca a impossibilidade de estudar gênero sem estabelecer relações com os movimentos feministas.

Palavras-chave: Feminismo; Projeto político e teórico-metodológico; Gênero.

Abstract: The work approaches the trajectory of feminism from a historical perspective, pointing out the theoretical-conceptual diversity built over three chronological periods, consolidating itself as a political and theoretical-epistemological project. It analyzes and describes how feminist discussions and their developments emerged, which evolved into theoretical formulations on gender. It situates the conceptualization of feminism and, later, presents the so-called waves and their approaches, evidencing the constant self-criticism that these studies make of the construction of their thinking and theories. Finally, among the contributions that the text seeks to provide, it highlights the impossibility of studying gender without establishing relationships with feminist movements.

Keywords: Feminism; Political and theoretical-methodological project; Gender.



Este trabalho está licenciado com uma Licença Creative Commons - Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional.

1 Doutoranda em Diversidade Cultural e Inclusão Social -Universidade FEEVALE; Professora - Instituto Federal do Rio Grande do Sul; E-mail: luciane.ferreira@osorio.ifrs.edu.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9739-4402>.

2 Doutora em Educação - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul; Professora - Universidade Feevale; E-mail: elianapgm@feevale.br; ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7106-0770>.

Introdução

Diversas produções acadêmicas voltadas aos temas de gênero, ao mencionarem o feminismo, o situam no passado como contribuição a esses estudos. O feminismo não é *coisa do passado*, é presente e em movimento direcionado a questionar, esclarecer, reinterpretar e criticar seus próprios pressupostos e suas próprias bases, em um (re)fazer contínuo.

Ainda, referir-se como *contribuição* é não reconhecê-lo como movimento social-político e campo de produção de conhecimento, que introduziu o debate na academia e em outros espaços coletivos, bem como permitiu o surgimento de campos investigativos considerando gênero como centro de análises, “é sempre bom lembrar que a consolidação do campo de estudos ‘sobre mulheres’ – como eram denominados, nesse período (1960), os estudos de gênero – emerge paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo” (SCAVONE, 2008, p. 175). Desse momento em diante que se ampliam os estudos acadêmicos sobre as mulheres, ficando clara a intrínseca relação entre movimento social, estudos feministas e de gênero.

Desestabilizador, o feminismo não admite sintetizações ou conceituações definitivas diante das diversas perspectivas que apresenta e das múltiplas estratégias, ferramentas e objetivos adotados, tanto no que se refere ao contexto dos ativismos políticos dirigidos às mulheres e pessoas LGBTI+³, quanto às disputas e aos desenvolvimentos teórico-epistemológicos acadêmicos. Em toda sua pluralidade, permanece provocando significativas mudanças: de enfoque teórico-metodológico nas ciências; de políticas públicas; e de crítica e autocrítica ao próprio saber e fazer. Importantes colocações são feitas por Narvaz e Koller (2006, p. 648) sobre o feminismo, trazendo referências que sustentam o entendimento:

Segundo Costa e Schmidt (2004, p. 10), “no bojo do projeto do feminismo (histórica e conjunturalmente forjado a partir das lutas sociais) está o entrelaçamento entre teoria e prática política”. O feminismo é, portanto, um campo político (Scott, 1986; Toledo, 2003), tanto quanto teórico-epistemológico (Eichler, 1988; Harding, 1986, 1987; Keller, 1985, 1996; Wilkinson, 1986, 1998), embora tenha assumido variadas tendências. Considerado ‘problemático, instável e tenso’ (Butler, 2003; Harding, 1986, 1993; Negrão, 2002), o feminismo vem problematizando a si mesmo ao longo dos tempos, desde as doutrinas do feminismo original, em

3 Segue-se a orientação do Manual LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, Intersexuais e o símbolo + de inclusão de outras orientações sexuais, identidades e expressões de gênero), publicado em 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2020.

permanente (des)construção. As intersecções do feminismo com os movimentos de luta de classes configuram diferentes movimentos feministas, entre eles: o radical (inclui-se aqui o movimento de mulheres negras), o liberal, o socialista, o marxista e o anarquista (Chrisler & Smith, 2004; Toledo, 2003). No campo teórico-epistemológico encontramos o empirismo feminista, o ponto de vista feminista e o pós-modernismo ou pós-estruturalismo feminista, corrente contemporânea do feminismo na qual se inscrevem os estudos de gênero (Butler, 2003; Harding, 1987; Louro, 1999). Houve, também, várias gerações ou várias fases no feminismo, conhecidas como “ondas do feminismo” (Costa, 2002; Nogueira, 2001). Essas diferentes fases ocorreram em épocas distintas, historicamente construídas conforme as necessidades políticas, o contexto material e social e as possibilidades pré-discursivas de cada tempo (Scott, 1986).

Assim, o feminismo e seus desdobramentos em movimentos feministas, seja no seu aspecto político-ativista, reivindicatório, teórico-epistemológico-metodológico, devem ser compreendidos a partir das diferenças coexistentes e que delas gerações visitam categorias e narrativas que, mesmo sendo instáveis (gênero, sexualidade, igualdade/desigualdade, diferença, identidade), ainda são fundamentais para os estudos de gênero. Olhar criticamente para a trajetória do movimento de mulheres - populares e/ou feministas, ativistas ou intelectuais acadêmicas, individuais ou coletivos maiores, ou todos juntos - é também saber sobre a trajetória da formulação dos conceitos de gênero, a sua transformação, instabilidade, limitação e amplitude, bem como entender que seus usos são cercados de implicações. Para Scott (2012, p.332),

[...] não há “uso ordinário, geralmente aceito” para gênero; ao contrário, é um lugar de debate intenso. A que exatamente gênero se refere: é uma questão de mulheres, ou desigualdades, ou diferença sexual ou uma combinação destes? Como os seus usos em toda a sorte de disputas políticas e sociais influenciaram em seus significados? Parece não haver um único lugar no qual o gênero possa confortavelmente ou finalmente repousar. E é justamente por isso que, estes debates são políticos. As disputas políticas que se seguem a partir da incerteza sobre gênero, levam a uma proliferação dos seus significados, e deste modo, nas palavras de Barbara Johnson’s, “excedeu os limites de controle estável ou coerência. Tornou-se algo para se estar infinitamente em luta”.

Assim, fazendo parte de uma pesquisa de doutorado em andamento, que investiga o papel do Núcleo de Gênero e Sexualidade (NEPGS) do Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS), este artigo se originou das inquietações que surgiram ao se abordar e organizar os complexos e diversos conceitos de gênero em um referencial teórico, visto que se percebeu, a partir das

pesquisas feitas em diversos periódicos, estar se perdendo, nos estudos atuais, a intrínseca relação entre feminismo e os estudos de gênero.

Nesse sentido, o objetivo desse artigo, a partir de uma perspectiva histórica, é analisar e descrever como emergem as discussões feministas, seus estudos e desdobramentos, que evoluíram para as formulações teóricas e conceituais sobre gênero, tendo como pressuposto o entendimento da necessidade de uma constante revisão do tema, que permita um olhar crítico sobre o campo dos estudos feministas antes de se adentrar a qualquer discussão de gênero. Parafraseando Muniz (2015), não é possível falar de gênero sem estabelecer relações com os feminismos, seus confrontos, negociações, lutas, tensões e conquistas, que se traduzem em um aporte teórico potencialmente desestabilizador no campo do saber⁴.

Nessa direção, este estudo se orienta por uma abordagem de reflexão teórica, amparada em autores/as que discutem as vertentes do feminismo e a construção dos conceitos de gênero, de forma a alcançar o objetivo proposto para este artigo. O percurso assumido consiste em guiar a análise e a descrição pautadas nestas discussões, que auxiliam e contribuem para responder ao problema da investigação, assim formulado: Os estudos que adotam a perspectiva de gênero, ao desconsiderarem a relação entre as suas formulações teóricas e o feminismo, esvaziariam ambos de sentido teórico-epistemológico e social-político?

1 Trajetória do feminismo: ondas e suas abordagens

A trajetória do feminismo a partir das chamadas ondas ainda é útil se nela permear a noção de que é preciso ter presente os distintos momentos pelos quais ela passa no processo de busca e desenvolvimento de sua identidade e definição e, por outro lado, a de que tal abordagem não é livre de implicações problemáticas. Pedro (2006) critica as publicações feministas sobre tais periodizações, pois apresentam caráter reprodutivista; Hemmings (2009) destaca a presença da visão etnocêntrica anglo-americano em narrativas como estas, limitando a potencialidade do movimento feminista; Gonçalves e Pinto (2011) indicam que a periodização em ondas, como qualquer outra, remete a tensões e relações de poder.

⁴ Ressalta-se que não se pretende explorar exaustivamente o tema, pois seria impossível apreender a sua totalidade. Apenas como exemplo, uma pergunta: o que sabemos sobre o feminismo da África e sua contribuição com as discussões e formulações dos conceitos de gênero sendo que, de acordo com Telo (2017), citando MacFadden (2001), as mulheres desse continente têm se engajado na luta contra o controle patriarcal e a exclusão, quer como indivíduos quer em coletividades, há milênios? Portanto, mesmo que o direcionamento desse trabalho desejasse uma grande abrangência do feminismo em sua trajetória histórica, e não deseja, ainda assim seria limitada, posto que ele se constrói cotidianamente em tempos e espaços diversos.

No que se refere usar nesse artigo feminismo no singular, embora existam diversos feminismos (radical, liberal, marxista/socialista, interseccional, decolonial, anarcofeminismo, ciberfeminismo e muitos outros que ainda poderão surgir) e dentro destes uma pluralidade de mulheres (negras, indígenas, lésbicas, transgêneros, travestis, imigrantes), parte do pressuposto que há uma base comum entre eles que permite o uso no singular.

Tiburi (2015, np) aponta para necessidade de uma discussão conceitual mais profunda diante dessas vertentes variadas, propondo que se pense em duas direções: o que o feminismo não é e o que o feminismo poderia ser. Ele não é uma ideologia e uma inversão de jogo no sistema da dominação masculina, porque inversão pressupõe manutenção de poder e ele se opõe a qualquer forma de dominação. Então, poderia ser a *Dialética Negativa*. Por ser reflexivo, a autora o considera uma filosofia de crítica da linguagem e da crítica ontológica, a partir de então, da crítica social.

O feminismo é, por definição, crítica da linguagem enquanto discurso do preconceito masculinista, crítica das teorias da linguagem baseadas na dominação masculina, crítica da filosofia clássica e de todas as teorias científicas e religiosas que sustentaram a dominação masculina [...]. Mas também é autocrítica, inclusive no sentido de evitar imitar o que ele mesmo nega. O feminismo é, neste sentido, uma dialética negativa.

A autora apresenta uma preocupação maior sobre a definição do que seja o feminismo em termos mais conceituais, demonstrando que uma base comum que apresenta apenas características do que seria o feminismo não é suficiente. Nesse sentido, a dificuldade recai em construir um conceito que dê conta da vasta pluralidade, mas o mesmo não se aplica para defini-lo, sendo possível ultrapassar o uso de palavras imprecisas e vagas ao falar de bases em comum que os feminismos compartilham ou de apenas apontar características que pouco ou nada dizem. Há valiosas contribuições como a de Tiburi (2015), ou de Gonçalves e Pinto (2011) ao afirmarem que o feminismo é um movimento político coletivo, internacional, não unívoco e multifacetado, bem como de Fougeryrollas-Schwebel (2009), para quem o feminismo se apoia no reconhecimento de que as mulheres são oprimidas específica e sistematicamente e tal opressão não se origina na natureza, havendo, portanto, a possibilidade política de transformação, ou de Dietz (2003, p. 399, tradução nossa):

[...] o feminismo é um movimento local e global, social e político, historicamente constituído com uma proposta emancipatória e um conteúdo normativo. Ele afirma um sujeito (mulheres), identifica um problema (a sujeição e objetificação das mulheres

através de relações marcadas pelo gênero), e expressa vários objetivos (derrubar relações de dominação; acabar com a discriminação sexual; garantir a liberação sexual feminina; lutar pelos direitos e interesses das mulheres; transformar as estruturas institucionais e legais; engendrar a democracia.) em nome de princípios específicos (igualdade; direitos; liberdade; autonomia; dignidade; autorrealização; reconhecimento; respeito; justiça). Como movimento histórico, o feminismo é voltado para ação-coordenação e transformação social, interrogando as condições existentes e as relações de poder com uma visão para não apenas interpretar, mas também mudar o mundo.

Uma definição clara sobre o que é o feminismo, embora ele apresente vertentes, não deixa margens para equívocos e nem para o seu desprestígio, bem como colabora para reconhecê-lo como campo político de ações e práticas, tanto quanto teórico-epistemológico, assim, em torno de uma agenda política ampla e diversa, eles sempre se organizaram e operaram “combativamente, por meio de múltiplas e diferentes estratégias, desde sua ‘primeira onda’ no século XIX, e nas que lhe sucederam, nos séculos XX e XXI” (MUNIZ, 2015, p. 318).

Nesse momento, é relevante delimitar o que se compreende, histórica e politicamente, como ondas do feminismo. O termo foi aplicado para estabelecer certo critério temporal das lutas e conquistas das feministas ao longo da história, tendo sido criado, em 1968, pela jornalista Martha Lear ao escrever um artigo no jornal *The New York Times* intitulado *A segunda onda feminista*, considerando, então, um feminismo anterior, o da primeira onda. De acordo com Zirbel (2021), ela referia-se à luta das mulheres pelo direito ao voto, fim do século XIX e começo do XX, como uma onda e anunciava que outra se formava. Quase três décadas depois, em 1992, a escritora Rebecca Walker publica o ensaio *Tornando-se a terceira onda*, para a *Ms. Magazine*, estabelecendo que o feminismo desse momento era um movimento e não reação, posto que as lutas estavam longe de acabar.

A metáfora, portanto, das ondas, consolidou-se como maneira de nomear e referir-se a momentos de grande mobilização das mulheres, buscando abranger confluências de pautas das diferentes vertentes do feminismo, concentrando-se em períodos de maior expressão e em temas de reivindicações, sem estabelecer delimitação restrita temporal e geograficamente.

Entretanto, em diversos estudos e narrativas sobre as ondas, as ações de feministas brancas classe média e estadunidense são privilegiadas, ocultando a atuação de mulheres da classe operária e de mulheres negras, sem as

quais “as ondas não teriam sido realmente ondas, pois não haveria força suficiente para fazer a pressão necessária às mudanças que reivindicavam” (ZIRBEL, 2021, p. 10).

Zirbel também discorre sobre o entendimento da metáfora da onda, a qual, durante muito tempo, foi usada para a visibilidade de certas pautas ou momentos históricos específicos, que representariam os pontos de maior força de cada uma, mas que, no entanto, é preciso “pensá-las de maneira mais contínua, geradas pela ação de milhares de mulheres, de diferentes locais, etnias, gerações e visões de mundo” (p. 10-11). A partir desse entendimento, as explicações não serão simples para indagações sobre quem são as protagonistas, quais as reivindicações, em que local e tempo elas surgiram, qual a duração de cada onda, até porque as supostas respostas são constantemente “enriquecidas com novos dados e narrativas oriundas de pesquisas e discussões feministas” (p. 11).

Sabe-se que a metáfora da onda é incompleta, pois o mesmo pensamento feminista tem uma distribuição desigual em diferentes espaços, e tentar ordená-lo, nas palavras Bryson (2003), obscurece sua natureza fluida e interconectada. Contudo, para objetivo proposto desse artigo, essa abordagem, embora não dê conta da complexidade desse tema, lança um olhar esclarecedor sobre ele e recupera, mesmo que limitadamente, a importância, ainda hoje, da trajetória do feminismo como prática política e para as formulações teórico-epistemológicas sobre gênero, o que parece estar se perdendo nos estudos atuais.

2 Primeira onda: lutas igualitárias por direitos civis, políticos e sociais

Na metade do século XIX, o movimento feminista passa a ser desenvolvido de forma mais articulada, dando início à chamada primeira onda, caracterizada pela mobilização em massa de mulheres que vão ter aproximação com as lutas sociais, irrompendo na arena pública de vários países, identificadas com a luta pelo direito à participação da vida política através do sufrágio feminino.

Nesse contexto, o período é marcado por intensas transformações a partir de dois pontos fundamentais, sob os quais o feminismo vai se desenvolver: os ideais políticos de igualdade, liberdade e fraternidade, oriundos da Revolução Francesa, e a crescente demanda por mão de obra proveniente da revolução industrial, este permitindo que as mulheres passassem a integrar, mesmo que precariamente, o espaço de trabalho regido pelo sistema capitalista.

Baseadas na democracia dos ideais franceses, sociedades se constroem na Europa no começo da modernidade e vivenciam diversas mudanças na esfera jurídica, política e trabalhista. No entanto, incluídos plenamente nessa democracia eram os homens brancos, classe alta e média, donos de propriedades. Detentores do poder nas instâncias decisórias, criavam, estabeleciam e regiam as leis e as regras das instituições e dos setores sociais, negando às mulheres qualquer possibilidade de decisão ou escolha tanto no âmbito social como no privado.

Paralelamente, o capitalismo alicerçado no acúmulo de capital e na exploração da mão de obra dos mais vulneráveis social e economicamente, favorecia-se plenamente do trabalho não remunerado das mulheres no espaço doméstico e da disparidade salarial baseada na concepção da diferença entre os sexos, ampliando significativamente o lucro. O controle e a exploração da e sobre a vida das mulheres cada vez mais se impõe. Domínio da sua liberdade, da sua sexualidade, das suas atividades, dos seus direitos, dos seus corpos, sendo sancionado, reproduzido, legitimado, garantido e mantido pelos discursos religiosos, científicos filosóficos, políticos e econômicos da Europa moderna, todos sob domínio de homens.

Nesse contexto, mulheres vão percebendo suas condições e a revolta toma corpo. Tem-se o terreno fértil para o feminismo tonar-se a luta das mulheres por melhorias nas condições de vida. Nessa conjuntura, a primeira onda vai se formando.

Conforme Zirbel (2021), a formação ocorreu a partir das fortes lutas organizadas, materializadas em associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, passeatas, manifestações, greves e, assim, aos poucos a onda vai tomando conta não só da Europa, mas na Austrália, Nova Zelândia, Américas, Rússia. As reivindicações eram diversas, para além do sufrágio: direito à educação formal, condições de trabalho dignas, mudança no direito matrimonial, pois era permitida a expropriação de bens da esposa pelo marido.

Nesse cenário, as mulheres formaram grupos não muito homogêneos (burguesas e operárias) e defendiam diferentes opiniões políticas (liberais e direcionadas ao marxismo/socialismo), entretanto, em dado momento e em diferentes espaços, uniram-se em torno de uma pauta comum: a luta pelo sufrágio universal. Por meio do voto pretendiam acessar todos os direitos civis, políticos e sociais básicos que lhes eram negados.

Afirmar que a primeira onda era protagonizada pelas mulheres de classe alta ou média, portanto, é um equívoco, pois nas manifestações mais significativas e que provocaram visibilidade a essa onda, a grande maioria

presente eram as da classe operária lutando e reivindicando melhores condições de vida e trabalho. Em comum, essas mulheres “compartilhavam com as feministas de outras classes a esperança de que, uma vez obtido o direito de votar e o acesso ao lugar de decisões políticas, seria possível alterar as leis e instituições que as exploravam e as oprimiam como mulheres e trabalhadoras” (ZIRBEL, 2021, p. 14-15). Entretanto, a estrutura formada pelo capitalismo não se abalaria com reformas desta dimensão, e a opressão das mulheres trabalhadoras não seria extinta com o direito ao voto, visto que a sua luta não era apenas em relação à diferença entre os sexos, também era a de classe, a operária.

Após o alcance das metas das feministas liberais, que foi o direito ao voto pelas mulheres em vários países do ocidente, para Louro (1997) houve uma acomodação do movimento. No entanto, o feminismo marxista/socialista havia começado a se formar e novas questões passam a se delinear, ou seja, a percepção da conexão entre a luta das mulheres e a luta de classes, pondo em evidência as relações entre a sua subordinação e o sistema econômico, constatando a dupla opressão sofrida e “compreendendo de uma forma dialéctica as relações de sexo e de classe” (SANTOS; NÓBREGA, 2004, p. 6).

As mulheres com formação marxista/socialista da primeira onda passam a entender que a opressão feminina tem relação íntima com a reprodução do capitalismo e assume contornos e formas diferentes, de acordo com a situação de classe de cada mulher. Assim, organizados não só como movimento, mas com fortes teorias e conceitos, o feminismo marxista/socialista e a sua vertente, o feminismo radical, estarão na vanguarda da segunda onda.

3 Segunda onda: lutas pela afirmação das diferenças e das identidades

Mulheres passaram a desempenhar papéis nos postos de trabalhos, no período entre as duas grandes guerras mundiais, que eram considerados essencialmente⁵ do sexo masculino. Após o término da Segunda Guerra, muitos Estados acabam cedendo a elas algumas das reivindicações, como o direito ao voto e, em 1948, a Carta de Declaração dos Direitos Humanos reconheceu a igualdade entre homens e mulheres. Simultaneamente, com o retorno dos homens para ocuparem os postos de trabalhos em que as mulheres estavam, houve campanhas, conforme Monteiro (2012) aponta, para que voltassem a cuidar da casa, reforçando-se a ideia de que a elas cabia o espaço doméstico e repetindo o ocorrido após a Primeira Guerra. Ademais,

⁵ Essencialmente está sendo entendido como a essência natural que antecede o sujeito.

os espaços decisórios como a justiça, a política, a indústria, a ciência, a economia continuavam sob o domínio e controle dos homens.

Assim, mesmo com a expansão da mão de obra das mulheres e de algumas conquistas, as feministas não veem modificações dos papéis entre os sexos, pois continuaram a ocupar espaços que sempre foram delas, na condição de esposa e mãe, e do homem no papel de provedor da família. Poucas conseguiram seguir nas novas oportunidades de trabalho que se abriram, como jornalistas, médicas, advogadas, engenheiras.

Ainda nesse período, muitos países, pela luta das mulheres, tinham uma abertura na educação com projetos direcionados à ideia de ensino universal. Muitas jovens passaram a frequentar escolas e uma nova geração começa a ter contato com materiais feministas e com os primeiros estudos sobre as mulheres. Pautas são ampliadas e outras surgem: violências domésticas, assédios, anticolonialismo, maternidade, valorização do trabalho doméstico, antirracismo, educação, salários, creche, licença maternidade, direitos reprodutivos.

A transição das ondas parte desse contexto e inicia-se pela estreita relação entre as condições das mulheres em espaço privado com o social. Ainda, passam a levantar novas reflexões sobre os papéis que homens e mulheres desempenham a partir do sexo.

Fundamental para essa geração e para as demais foi a publicação, ao final da primeira onda, da obra *O segundo sexo*, em 1949, de Simone de Beauvoir, na qual desenvolveu a noção de que ser mulher não é uma determinação que parte do sexo biológico, mas uma construção social, na qual estaria a base da opressão feminina, representando “uma tentativa poderosa de entender a construção social do ‘feminino’ como um conjunto de determinações e expectativas destinado a cercear a capacidade de agência autônoma das mulheres” (MIGUEL; BIROLI, 2014, p. 25). A obra torna-se um marco da passagem do feminismo liberal igualitarista com base no sexo natural, presente na primeira onda, para a do feminismo dirigido à mulher como sujeito e a sua opressão como construção social.

Abriu um debate contundente, construindo matrizes teóricas de uma nova fase do feminismo, ao lançar luz para os futuros estudos de gênero (ainda sem se referir e conceituar gênero), a partir da distinção que faz entre o elemento social do sexo feminino e de seu componente biológico, provocando um deslocamento fundamental: o do discurso naturalizante da condição feminina, presente fortemente no período da primeira onda, em direção à construção cultural do gênero, dando as bases para os conceitos que serão desenvolvidos pelas correntes feministas.

Outra obra importante, produzida, já na segunda onda, em 1968, trata-se do primeiro estudo formal em que aparecerá a separação de sexo e gênero. O psicanalista norte-americano Robert Stoller, que desenvolvia pesquisas de gênero na Universidade da Califórnia, no livro *Sex and Gender*, examina a dimensão biológica (sexo) por meio do estudo de pessoas intersexuais e a dimensão psíquica (gênero) pelo estudo de pessoas transexuais, concluindo que o gênero prima sobre o sexo, pois traduz melhor as conotações psicológicas e/ou culturais⁶.

Nesse momento, a partir das contribuições de Stoller, a teoria feminista deslumbrou a importância do conceito de gênero para a desnaturalização das relações de poder estabelecidas entre os sexos, importando-o para seu arcabouço teórico. A diferenciação entre sexo e gênero tornou-se relevante, principalmente, às acadêmicas voltadas a problematizar construções teóricas que reforçavam, com base em aspectos biológicos, a inferiorização e opressão da mulher.

Essas duas obras contribuem significativamente no desenvolvimento teórico dos estudos feministas no período de 1960 a meados de 1980, quando passa a apresentar novas características, objetivos e estratégias. As reivindicações voltadas à igualdade de direitos políticos, sociais, trabalhistas e civis, entre homens e mulheres, que possibilitou o desenvolvimento de um pensamento articulado na primeira onda, passam agora a centrar a problemática na causa dessas desigualdades. As feministas, desse segundo momento, abordarão pautas relacionadas à origem da opressão do sexo feminino, a sexualidade e a construção cultural de gênero.

Essa fase marca o momento da tomada de consciência de libertação da opressão, mas também marca o da descoberta da libertação de qual mulher e de qual opressão, visto que mulheres em distintas experiências de vida e posições sociais vivenciavam opressões diferentes. Para umas era a libertação da sexualidade; para outras era na esfera do privado; para trabalhadoras era o sistema econômico de exploração; e para outras era o racismo articulado ao sistema econômico e de classe. Da forma de interpretar as diferentes e variadas faces de opressões para também diferentes e variadas mulheres, que se originam as fecundas reflexões feministas, resultando em teorias e práticas. Então, o feminismo marxista/socialista e o radical despontam na elaboração teórica na segunda onda.

⁶ Para maior aprofundamento sobre os primeiros conceitos de gênero e sobre Robert Stoller ver LATTANZIO, F.; RIBEIRO, P. Nascimento e primeiros desenvolvimentos do conceito de gênero. *Revista Psicologia Clínica* [online], 2018, vol.30, n.3, p. 409-425. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.33208/PC1980-5438v0030n03A01>.

Apesar de guardarem diferenças entre si, pois o radical propõe ir à raiz da dominação masculina na estrutura do patriarcado e o socialista/marxista propõe que a opressão das mulheres é questão de classe a ser resolvida pela revolução anticapitalista, ambos produziram correntes teóricas com nova visão. Em comum compartilhavam da mesma problematização do individualismo liberal, afirmando que as conquistas não foram suficientes para transformar a sociedade e, conseqüentemente, a vida das mulheres, localizando a opressão feminina em contexto mais amplo e ligado à estrutura social. Foi esse pensamento, da segunda onda, que trouxe à luz as conexões entre o privado e o público, permitindo que se revelassem vínculos e tipos de poder nas relações que antes eram invisíveis e, assim, desprezadas.

No entanto, grande parte das autoras e das militantes feministas com maior protagonismo nessa onda era branca e, muitas, dentro da academia, o que gerava análises e teorias consideradas incompletas, limitadas e/ou insatisfatórias para outros grupos de mulheres, que apontavam que marcas particularizadas de suas identidades não eram contempladas. Assim, mulheres lésbicas e, sobretudo, negras, iniciam os estudos identitários dentro do feminismo.

Estas mulheres entendiam que as diferenças existentes entre elas - classe, raça/etnia e sexualidade - eram decisivas e constitutivas de suas identidades, de suas experiências e de suas opressões, além do gênero. As primeiras questionavam a heterossexualidade como norma e sua relação com patriarcado e o capitalismo, trazendo a noção de hetero-poder⁷. As feministas negras apontavam o cruzamento de gênero, raça e classe, a partir das diversas formas de opressões que incluíam o racismo e a exploração capitalista dos corpos negros (ZILBER, 2021). A categoria mulher, até então pensada como homogênea, começa a ser deslocada para a noção de mulheres no plural.

O desenvolvimento teórico-acadêmico produzido, as intensas lutas políticas e sociais, os questionamentos e discussões construídos nessa onda produziram impactos tão profundos, que promoveram um pensamento em relação à própria forma de produzir conhecimento, passando a defender que toda ciência social feminista devia ser construída a partir da vivência, da experiência e do olhar da mulher, abrindo, dessa forma, para a construção de uma nova e verdadeira epistemologia feminista, em oposição às anteriores,

⁷ Para as feministas lésbicas, a heterossexualidade é uma estratégia do patriarcado que não se refere apenas a questão da sexualidade, mas apresenta uma dimensão de diferença de poder em todas as esferas da sociedade, implicando um hetero-poder. O sentido político destas mulheres, ao usarem o discurso, apontam a negatividade da dominação heterossexual masculina e o sistema de valores históricos, bem como morais e comportamentais por detrás do que “hetero” significa como categoria. Ao contrariarem uma forma única de relacionamento afetivo e sexual, desafiam a normas da heterossexualidade, do casamento e da maternidade, instâncias essenciais ao patriarcado, colocando em risco, assim, a estrutura do que chamam de hetero-poder (LESSA, 2007).

que foram elaboradas a partir da visão masculina. Pode-se afirmar que essas amplas teorizações desenvolvidas, principalmente na década de 1970, promoveram importantes mudanças acerca da produção do conhecimento, quanto de intervenção política e social. Para Louro (1997), a segunda onda foi assinalada pelas preocupações sociais e políticas, e também pelos estudos sobre as mulheres e as primeiras construções teóricas do conceito de gênero.

As políticas e as teorias identitárias acabaram se fortalecendo, principalmente, as dos movimentos negro e GLS⁸, o que marca a passagem para a terceira onda, considerada pós-estruturalistas, com a emergência das teorias acerca do conceito de gênero como categoria de análise; da quebra de paradigmas do sujeito único, produzindo profundas teorizações sobre as diferenças; do desenvolvimento do conceito de interseccionalidade e da teoria queer; e a centralidade dos processos discursivos da subjetividade produzidos historicamente, a partir das relações de poder.

Com isso, dois aspectos despontam na terceira onda: i) o campo do estudo, que antes se centrava apenas nas mulheres e nos sexos, desloca-se para o estudo das relações de gênero - homens e mulheres; e ii) a desconstrução das grandes narrativas e verdades universalizantes, que excluíram e deixaram na invisibilidade muitas minorias⁹.

4 Terceira onda: desconstrucionismo e sujeitos múltiplos

Na transição da segunda para terceira onda, entre o fim de 1970 e o começo de 1980, por influência das feministas, o novo debate político científico acerca das categorias de sexo e gênero se estendeu entre a instituição acadêmica. O ensaio da antropóloga Rubin, *The Traffic in Women: Notes on the 'Political Economy' of Sex*, teve grande impacto, pondo a categoria gênero no debate das causas da subordinação e opressão social da mulher. Os estudos sobre gênero, segundo Lima (2012), surgiram após 1960, quando Stoller teceu formulações sobre o tema, entretanto, só ganharam visibilidade por volta de 1975 com a publicação do referido ensaio.

Buscando compreender as raízes da opressão feminina, Rubin elabora o conceito do sistema sexo/gênero, o definindo como “um conjunto de arranjos através dos quais uma sociedade transforma a sexualidade biológica

8 Termo criado na década de 1990, para Gays, Lésbicas e Simpatizantes, o S representava pessoas heterossexuais apoiadoras do movimento. Após influências dos estudos de gênero e sexualidade, da década seguinte, foi percebido que o termo excluía orientações sexuais e identidades de gênero, passando para LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e pessoas Trans). O L troca de lugar com o G para valorizar as lésbicas no contexto da diversidade sexual, pois a visibilidade dos homens gays era maior do que a das mulheres homossexuais.

9 O termo minoria adotado “não pretende se referir a quantidade numérica, mas sim a uma atribuição valorativa que é imputada a um determinado grupo a partir da ótica dominante” (LOURO, 2008).

em produtos de atividade humana, e na qual estas necessidades sexuais transformadas são satisfeitas” (RUBIN, 1993, p. 2). A ideia de que homens e mulheres são categorias mutuamente excludentes não se baseia, no entanto, na natureza: “Os sistemas de sexo/ gênero não são emanações a-históricas da mente humana; eles são produtos da atividade humana histórica” (RUBIN, 1993, p. 23). Assim, a identidade de gênero exclusiva – a identificação de um corpo como um homem ou como uma mulher – não é uma expressão de diferenças naturais, mas sim a supressão de similaridades naturais.

As feministas desse período, como Rubin, mesmo fazendo distinção entre a biologia (corpo sexuado) e gênero (comportamentos, personalidade, caráter) nas formulações, o sistema sexo/gênero, de acordo com Costa (2003), permanecia apresentando sexo como base/superestrutura do gênero. Assim, o conceito de gênero foi introduzido não para substituir a categoria sexo, mas para suplementá-la, porque continuava exercendo papel fundamental na elaboração do significado do gênero, deixando claro que a biologia ainda era base para construção do significado cultural, portanto, para elaboração do conceito.

Para Nicholson (2000), separar sexo de gênero e considerar o primeiro como essencial para elaboração do segundo, como queriam as feministas da década de 1970, foi uma forma de fugir ao determinismo biológico, mas constitui-se em um *fundacionalismo biológico*, pois *funda*, sobre o biológico, aquilo que a cultura estabelece como personalidade e comportamento de homens e mulheres.

5 Desdobramentos da terceira onda

As teorias e as reivindicações emergentes a partir do final da década de 1980 levaram a discussão sobre a mulher para novas direções. Nessa terceira onda, o grande desafio foi o de romper com pensamentos universais, problematizando o conhecimento racional da ciência ocidental, a partir do paradigma das incertezas no campo do saber e das grandes teorias.

Sob influência dos pós-estruturalistas da década de 70, principalmente de Michel Foucault a partir das categorias de pensamento sobre poder e resistência, saber-poder e a produção das subjetividades e de Jacques Derrida com o conceito de desconstrução da linguagem, que rompe a lógica interna de categorias dicotômicas, teóricas da terceira onda direcionam-se para as questões da diferença e da subjetividade como construções discursivas¹⁰.

10 Pensamentos de Foucault desenvolvidos em *Arqueologia do Saber* (1969); *A ordem do discurso* (1971); *Microfísica do Poder* (1979) e de Derrida em *Gramatologia* (1967) e *A Escritura e a Diferença* (1967).

Disso resulta o deslocamento para os estudos da relação de gênero, para as formas como se constroem significados culturais para as diferenças, atribuindo sentido para elas por meio do discurso.

Tensões são instauradas no seio dos estudos feministas e paradigmas são rompidos. Problemáticas foram levantadas em torno da distinção ou separação, entre sexo e gênero, presente nas formulações dos estudos anteriores. O dualismo do sistema passou a ser desconstruído, pois concebia o sexo como sendo natural e, portanto, ahistórico, resultando que o corpo também era pensado assim. Nesse sentido, as feministas passam a desconstruir as teorias essencialistas e/ou universalizantes da categoria, até então, relativamente fixa e estável do gênero presente nas fases anteriores, em que era definido e conceituado a partir do sexo como categoria natural.

Recusaram e refutaram tais proposições, desnaturalizando e desconstruindo tal perspectiva (NARVAZ e KOLLER, 2006), e gênero passa a ser uma categoria de análise relacional e uma ferramenta política, que se desenvolve em um campo discursivo e histórico a partir das relações de poder de dominação e subordinação (SCOTT, 1990), bem como *ato performático*, como um efeito produzido ou gerado, ou seja, gênero visto como práticas concretas, através das quais os sujeitos se constituem e são constituídos nas relações (BUTLER, 2003). Gênero, assim, passa ser compreendido como construção, uma invenção.

Outro aspecto importante desse momento relaciona-se com a dinâmica do feminismo que, até então, havia centrado os debates acerca da causa principal da opressão feminina em torno do patriarcado com as feministas radicais e do capitalismo com as socialistas/marxistas e, “as diversas abordagens estavam no mesmo plano epistemológico. Tinham-se respostas distintas, apesar das perguntas serem as mesmas e de se buscar a resposta na causalidade social” (CONCEIÇÃO, 2009, p. 742), isto é, o debate e as construções teóricas direcionaram-se para sexo, gênero e classe como origem da opressão e submissão das mulheres.

Já nos anos 80, o movimento feminista negro apresenta um forte desenvolvimento e tem, em seu pressuposto que, além da mulher negra sofrer sexismo, também sofre por conta do componente racial, diferenciando-se da mulher branca. A atuação deste feminismo deslocou o debate sobre sexo, gênero e classe para outro plano e demonstrou que não se tratava apenas dessas categorias, uma vez que problematizaram a questão de raça.

Ademais, as feministas como Scott e Butler, para evitarem a construção a partir da noção de base/superestrutura do gênero, como a de Rubin, passam a repensar essa categoria a partir de outro lugar teórico-epistemológico, o

pós-estruturalismo e a teoria da construção discursiva. Gênero, então, passar ser entendido como efeito de linguagem, produção discursiva que ordena o mundo e constrói determinadas formas de organização social da diferença sexual, ordenação que se inscreve em uma rede complexa de relações de poder e em contextos históricos específicos conforme Scott (1990).

Scott e Butler trazem para o centro dos estudos de gênero a linguagem como constituidora da realidade dos sujeitos e das relações; a desconstrução dos pressupostos que fundaram o sistema binário sexo/gênero sobre os quais se construíram os pensamentos; e, dos estudos de Foucault, sexualidade e subjetividades articuladas aos dispositivos de poder, apontando como corpos disciplinados são produzidos a partir de um conjunto de normatizações.

A discussão sobre a categoria Gênero, nos anos 1990, ampliou-se consideravelmente, sobretudo, a partir do desenvolvimento do trabalho de Scott no artigo *Gênero, uma categoria útil de análise histórica*, publicado em 1990. A autora, ao incluir os homens em seus estudos, marcará a necessidade de que homens e mulheres sejam vistos em uma categoria relacional, alterando o foco da procura pelas causas da dominação para a compreensão dos significados e condições de construção das relações de gênero que produzem hierarquias sociais por meio do poder.

Por outro lado, Butler, em 1990, desenvolve a teoria de gênero como performance/performatividade (que rompe o paradigma da divisão entre natural-social, sexo-gênero), e postula que gênero é fluido, não binário e instável¹¹. Os conceitos de Butler lançam as bases para a teoria queer, que se desenvolveria mais profundamente ao longo da década de 90, passando a ter visibilidade no século XXI. A emergência dessa teoria abriu espaço para a participação de outras categorias além de mulheres cisgênero no feminismo, dando origem a novas vertentes do movimento, como o Transfeminismo.

6 Algumas considerações

A partir da autocrítica e reflexão constante que o feminismo faz da construção do seu próprio pensamento e de suas teorias, depois de incorporar as mulheres aos estudos, que haviam sido ocultadas ou marginalizadas na produção científica tradicional, passa a examinar e explorar em suas formulações o gênero a partir da relação de poder, e incorpora explicitamente em suas análises os homens e a produção social das masculinidades, da

¹¹ Dessas ideias iniciais emergiu sua teoria de desconstrução do gênero, que começou a ser desenvolvida no final do livro *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade*, cuja primeira edição é de 1990, em língua inglesa. Na referência bibliográfica deste trabalho, utiliza-se a publicação brasileira de 2003.

formação da subjetividade, da representação dos corpos, da construção e reiteração de práticas discursivas e normas que estabelecem hierarquias entre os sujeitos.

Os estudos permanecem abarcando os clássicos sobre mulheres, mas ampliaram seu escopo consideravelmente. Ainda, associados ao campo dos estudos de gênero, emergem os estudos queer que, voltado à crítica do próprio conceito de gênero, assim como das sexualidades e heteronormatividade, contemplam estudos de gays, lésbicas, transexuais e transgêneros (BUTLER, 2003; LOURO, 2004).

Nesse sentido, o uso do gênero como categoria de análise tornou-se uma potente ferramenta para pensar não só na transformação das relações sociais como também para a estruturação do conhecimento e, sem equívoco algum, a construção dos conceitos de gênero nasce das lutas e das conquistas feministas, pois, como declara Pedro (2005), foi dele e do interior da categoria mulher que emergiu a categoria gênero e, entre historiadoras, como Scott, que a categoria de análise de gênero passou a ser utilizada como ferramenta conceitual e teórica.

Assim, de todo esse conjunto crítico reflexivo apresentado é que resulta o empenho desse artigo em afirmar a relação entre a trajetória do feminismo e a formulação dos conceitos de gênero, compreendendo que os estudos ao ignorarem esse contexto relacional, contribuem para que ambos se esvaziem de sentido teórico-epistemológico e social-político.

Referências

AMARAL, A.; MACEDO, A. G. **Dicionário da crítica feminista**. Porto: Edições Afrontamento, 2005.

BRYSON, V. **Feminist Political Theory: an introduction**. 2. ed., Hampshire/ New York: Palgrave Macmilan, 2003.

Butler, J. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CONCEIÇÃO, A. Teorias feministas: da questão da mulher ao enfoque de gênero. **RBSE - Revista Brasileira de Sociologia e Emoção**, Universidade Federal da Paraíba, v. 8, n. 24, p. 738-757, dez 2009.

COSTA, Cláudia. Paradoxos do gênero. **Revista Gênero**, Universidade Federal Fluminense, v. 4, n. 1, p. 169-177, sem., 2003.

CRUZ, L. Crítica epistemológica do feminismo. In. III Jornada Internacional de Políticas Públicas, 2007, São Luís, **Anais da III Jornada Internacional de Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão**. São Luís: UFMA, 2007, p. 1-14. Disponível em: http://www.joinpp2013.ufma.br/jornadas/joinppIII/html/Trabalhos/EixoTematicoD57ef1026f04c70177699LINDALVA%20ALVES_CRUZ.pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

Fougeyrollas-Schwebel, D. Movimentos feministas. In. HIRATA, H. et al. (Org.) **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, p. 144-149.

GONÇALVES, E.; PINTO, J. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 36, p. 25-46, jan/jun, 2011.

HEMMINGS, C. Contando estórias feministas. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.17, n.1, p.215-241, jan/abr, 2009.

DIETZ, M. Current controversies in feminist theory. **Annual Review of Political Science**, University of Minnesota, v. 6, p.399-43, jun, 2003. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/abs/10.1146/annurev.polisci.6.121901.085635>. Acesso em: 17 abr. 2021.

LESSA, P. **Lesbianas em movimento**: a criação de subjetividades (Brasil 1979-2006). Tese (Doutorado Programa de Pós-Graduação e História) - Universidade de Brasília, Brasília, 2007. Disponível em: <file:///C:/Users/lucia/Downloads/33531425.pdf>

LIMA, M. A importância da análise das relações patriarcais de gênero para compreensão da lei Maria da Penha. In: LIMA, R. L.; GURGEL, T.; QUEIROZ, F. M. (Org.) **Gênero e Serviço Social**: múltiplos enfoques. Rio Grande do Norte: EDUFRN, 2012, p.81-96.

LOURO, G. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalistas. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, G. **O corpo estranho**. Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

LOURO, G. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2 (56), p. 17-23, maio/ago, 2008.

ALIANÇA NACIONAL LGBTI. **Manual de Comunicação LGBTI+**. REIS, T. (Org.). Curitiba: GayLatino, 2018. Disponível em: <https://unaid.org.br/wp-content/uploads/2018/05/manual-comunicacao-LGBTI.pdf>. Acesso em: 10 de set. 2020

MIGUEL, L.; BIROLI, F. **Feminismo e Política**: uma introdução. São Paulo: Boitempo, 2014.

MUNIZ, D. Feminismos, epistemologia feminista e história das mulheres: leituras cruzadas. **Revista OPSIS**, Universidade Federal de Goiás, v. 15, n. 2, p. 316-329, jul/dez, 2015.

MONTEIRO, C. A Luta das Mulheres por Reconhecimento. In: BERTASO, João (Org.). **Cidadania, Diversidade e Reconhecimento**. Santo Ângelo: FURI, 2012, p. 34-61.

NARVAZ, M; KOLLER, S. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Revista Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, set/dez, 2006.

NICHOLSON, L. Interpretando o gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 2, p. 9- 41, 2000.

PEDRO, J. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.24, n.1, p.77-98, 2005.

PEDRO, J. Narrativas fundadoras do feminismo: poderes e conflitos (1970-1978). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 26, n. 52, p.249-272, dez, 2006.

RUBIN, G. **Tráfico de Mulheres**: notas sobre a “economia política” do sexo. Recife: Edição SOS Corpo, 1993.

SANTOS, E; NÓBREGA, L. Ensaio sobre o feminismo marxista socialista. **Mneme - Revista de Humanidades**, Natal, v. 5, n. 11, p. 1-16, jul/set, 2004.

SCAVONE, L. Estudos de gênero: uma sociologia feminista? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 1, p. 173-186, jan/abr, 2008.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Revista Projeto História**, São Paulo, v. 45, p.327-351, dez, 2012.

SILVA, Paul *et al.* Acerca do debate metodológico na investigação feminista. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, Portugal, v. 5, n. 3, p. 358-370, 2005. Disponível em: <https://old.cev.org.br/biblioteca/acerca-debate-metodologico-investigacao-feminista>. Acesso em: 23 mar. 2021.

TELO, F. O pensamento feminista africano e a carta dos princípios feministas para as feministas africanas. In. Seminário Internacional Fazendo Gênero, 11; & Women’s Worlds Congresso 13. Florianópolis, **Anais Seminário Internacional**

Fazendo Gênero, 11; & Women's Worlds Congresso 13 da Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 2017.

TIBURI, M. O que é o feminismo. **Revista Cult**, São Paulo, mar, 2015. Disponível em: <https://revistacult.uol.com.br/home/o-que-e-feminismo/>. Acesso em: 12 out. 2021.

ZIRBEL, I. Onda do feminismo. **Blogs de Ciências da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia**, Campinas, v. 7, n. 2, p. 10-21, 2021. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/ondas-do-feminismo/>. Acesso em: 19 jul. 2021.

Recebido em junho de 2022.

Aprovado em março de 2024.